

Governo usará R\$ 18 bi no superávit

Dívida Pública

Recursos de receitas vinculadas ajudarão a pôr contas públicas no azul em 2005

Regina Alvarez

• **BRASÍLIA.** Para garantir um superávit primário de R\$ 45,3 bilhões nas contas públicas em 2005, o governo vai usar R\$ 18 bilhões de receitas vinculadas, que não poderão ser aplicadas nas áreas a que se destinam. Desse total, R\$ 7,7 bilhões são recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que financia o seguro-desemprego e projetos na área de emprego e renda.

Um estudo da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, preparado pelos consultores José Fernando Consentino Tavares e Maria Liz de Medeiros Roarelli, detalha a origem dos recursos que formam a reserva de contingência destinada a compor parte do superávit primário de 2005 previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A par-

cela corresponde a 2,45 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Essa reserva é de R\$ 21,1 bilhões, mas apenas R\$ 2,789 bilhões são recursos ordinários, sem vinculação. Os outros R\$ 18,333 bilhões teriam que ser aplicados em áreas específicas, mas ficarão bloqueados para reforçar o caixa do Tesouro Nacional e garantir o superávit primário nas contas da União. Com isso, o governo pretende reduzir a relação dívida/PIB e manter a confiança dos mercados na política macroeconômica.

Os recursos bloqueados do FAT fazem parte da receita financeira obtida com o rendimento de suas aplicações. O diretor de Emprego e Salário do Fundo, Carlos Augusto Simões Gomes Júnior, lamenta o bloqueio, mas ressalta que o montante de recursos indis-

poníveis em 2005 será menor do que a parcela contingenciada este ano, em torno de R\$ 8,4 bilhões.

— O FAT está contribuindo com a política macroeconômica, mas essas receitas fazem parte do orçamento e estão deixando de ser usadas em programas de geração de emprego e renda — afirma Carlos Augusto.

Recursos bloqueados atingem vários setores

Na reserva de contingência foram incluídos R\$ 3,9 bilhões de *royalties* arrecadados pelo governo com a exploração de petróleo e gás. Desse total, R\$ 1,9 bilhão seria destinado à Agência Nacional do Petróleo (ANP), que não poderá utilizar essa receita em pesquisas na área de geologia.

— Esse contingenciamento atinge todos os órgãos da ad-

ministração pública. Resta à ANP priorizar os investimentos dentro dos recursos disponíveis — informou a agência, por meio de sua assessoria.

Segundo o estudo, R\$ 1 bilhão em taxas cobradas pelos órgãos federais pelo exercício do poder de polícia também foi bloqueado no Orçamento para formar o superávit.

O Fundo de Desenvolvimento Tecnológico, administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), vai contribuir com outros R\$ 779 milhões para a reserva.

O governo continuará usando parte dos recursos da Cide — a contribuição destinada à recuperação das estradas — para garantir o superávit nas contas públicas. Mas em 2005 a parcela bloqueada será de R\$ 937 milhões, bem abaixo dos R\$ 4,3 bilhões retidos este ano para o mesmo fim. ■